

Resenha do Livro: Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo

Autor: Eric J. Hobsbawm

Por: Daniela Freddo¹

Em "A Revolução Industrial: o Imperialismo", publicado primeiramente em 1968, Eric J. Hobsbawm tem como objetivo geral discutir a Economia e a Sociedade britânicas desde os precedentes da Revolução Industrial até o momento em que escrevia. O livro se subdivide entre introdução, conclusão e 15 capítulos, os quais abordam as transformações econômicas, sociais e culturais introduzidas pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha.

Dentre as várias teses desenvolvidas pelo autor, uma que abrange quase todo o livro, e a qual é o objeto desta resenha, é a relação entre o desenvolvimento industrial pioneiro inglês e a construção de uma ordem comercial e financeira global, liderada pela economia britânica e fundada no liberalismo econômico. Hobsbawm procura associar a ascensão e queda do poderio industrial e financeiro britânicos com a ascensão e queda do liberalismo econômico como o modo de organização da economia mundial no período que se estende desde a Revolução Industrial ao entre-guerras.

Na primeira linha da obra, Hobsbawm (2014, p. 1) destaca que:

“A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos. Durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. **Assim, toda a economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país**” (HOBSBAWM, 2014, p. 1, grifo meu).

A principal vantagem do pioneirismo industrial britânico teria sido a sua capacidade de construir em torno de si um sistema de fluxos de mercadoria e capitais tornando a Grã-Bretanha indispensável para o funcionamento da economia mundial do século XIX. A base filosófica da regulação da economia mundial é dada pelo liberalismo econômico. No entanto, já no primeiro capítulo, o autor ressalta que, no período que precedeu a Primeira Revolução Industrial: "a indústria britânica pôde crescer tendo à sua disposição um mercado interno protegido (...) até tornar-se bastante forte para exigir livre acesso aos mercados de outros povos, isto é, 'Livre Comércio'" (HOBSBAWM, 2014, p. 20).

¹ Professora do Departamento de Economia da UnB.

Ou seja, segundo Hobsbawm, a Grã-Bretanha somente adotará o liberalismo econômico como política econômica para si quando tiver se industrializado. Sendo a única nação industrializada poderá defender tranquilamente o livre comércio internacional pois terá a capacidade econômica de obter as maiores vantagens nas relações bilaterais.

Nos primeiros capítulos, Hobsbawm discute os condicionantes da industrialização pioneira britânica que, conforme avançava, fazia crescer as exportações britânicas. A ampliação da escala produtiva possibilitada pela Primeira Revolução Industrial só era possível com o escoamento da produção ao comércio exterior, o aumento do consumo da própria população europeia a escalas elevadas rompia gradualmente com a tradição feudal na qual vigorava a produção para autoconsumo, ruptura lenta se comparada com a expansão da capacidade produtiva. Apesar da elevada urbanização e "ausência de um campesinato, no sentido europeu" (Hobsbawm, 2014, p. 17), o mercado interno desse país não seria capaz de absorver toda a produção de têxteis britânica, cuja parte destinada à exportação cresceu consideravelmente ao longo do século XIX chegando à 90% do total produzido no fim deste século².

Além de ser fortemente vinculada ao mercado externo, a industrialização britânica apoiava-se na iniciativa privada. Segundo Hobsbawm isso só seria possível pela simplicidade das plantas produtivas. Estas poderiam ser ampliadas somente pela adição de teares, rocas e mão de obra. Nessa primeira etapa da industrialização, o crescimento da capacidade produtiva poderia ser viabilizado por lucros reinvestidos, não exigindo grandes somas de capitais. As empresas eram majoritariamente de pequeno e médio porte, e familiares. Ademais, o próprio pioneirismo britânico e, conseqüentemente, a ausência de concorrentes permitia que a indústria britânica escolhesse o melhor caminho por meio de erros e acertos. O erro não significava a perda de mercado.

Isso não significa entretanto que o papel do governo na industrialização britânica teria sido menor. O parlamento inglês, composto, segundo Hobsbawm, por "aristocratas burgueses" - proprietários de terras que desenvolviam em suas propriedades oficinas têxteis -, teve papel preponderante em legislar a favor dos industriais em detrimento dos

² Sobre este ponto, Hobsbawm (2014, p. 47) argumenta que apesar de tempos em tempos, a produção ter de se apoiar no mercado interno, desde de 1790 a maior parte da produção foi destinada para a exportação, chegando a cerca de 90%, em fins do século XIX

grandes comerciantes. Em um primeiro momento, no fim do século XVII, proibiu a importação de tecidos de algodão estrangeiros e, após a industrialização britânica, implementou medidas que viabilizassem o livre comércio cujo ápice foi a abolição das leis do trigo (*Corn Laws*) em 1846. O papel do governo não se restringe, entretanto, à esfera doméstica; no âmbito externo, as guerras, a imposição do liberalismo econômico às outras nações e a expansão do Império colonial permitiam a ampliação do espaço econômico de influência britânica.

Como resultado dessa política industrializante voltada ao comércio internacional, pouco a pouco, a Grã-Bretanha foi construindo em torno de si uma economia global, em que as economias que nela orbitavam eram "dependentes da britânica e a ela complementares" (HOBSBAWM, 2014, p. 127). A relação com essas economias se desenvolveram em diferentes momentos, como alicerce estava a teoria ricardiana das vantagens comparativas, por meio da importação de produtos primários pela Grã-Bretanha e exportação de suas manufaturas. As diferentes economias do globo pautavam seu desenvolvimento especializando-se em um produto destinado a servir a economia britânica.

Como exemplo o autor cita os seguintes casos de "produtos especializados locais cujos principais compradores eram os britânicos: algodão nos estados sulistas do Estados Unidos, até a Guerra Civil Americana; lã na Austrália; nitratos e cobre no Chile; guano no Peru; vinho em Portugal, e assim por diante" (HOBSBAWM, 2014, p. 128). A própria produção de café no Brasil teve como principal mercado consumidor o britânico até ser substituído pelo norte-americano nas primeiras décadas do século XX. Desse modo, a Grã-Bretanha ia expandindo seu império formal e informal.

Entretanto, não se notava a mesma harmonia na relação da Grã-Bretanha com as nações que estavam em processo de industrialização. Segundo o autor, a relação com o mundo adiantado baseava-se "na concorrência potencial ou real" (HOBSBAWM, 2014, p. 129). O período em que tanto economias industrializadas quanto subdesenvolvidas cooperaram com a economia britânica ocorreu, segundo a percepção do autor, entre 1846 (abolição das Leis do Trigo) e 1873 (eclosão da "Grande Depressão"). Entre 1860 e 1875, Hobsbawm considera o período de auge do liberalismo econômico: "Nunca existiu propriamente um sistema mundial de fluxos virtualmente irrestritos de capital, trabalho e mercadorias, mas entre 1860 e 1875 (...) existiu algo muito semelhante a isto"

(HOBSBAWM, 2014, p. 131). Entre 1863 e 1874, as principais economias europeias adotaram o padrão-ouro, o que simplificou as transações comerciais multilaterais e o sistema de pagamento internacional ficava cada vez mais centralizado em Londres (HOBSBAWM, 2014, p. 130).

Entretanto, conforme se reduzia a dependência do mundo industrializado em relação às importações de alimentos e matérias-primas da Grã-Bretanha, as principais economias adiantadas - Alemanha, Estados Unidos e França - passaram a erguer barreiras alfandegárias contra os produtos britânicos. A decadência do liberalismo econômico ocorreu paralelamente à decadência industrial britânica, num processo longo que culminará no fim do padrão-ouro em 1932-1933. À medida que as novas potências se industrializavam e fechavam seus portões aos produtos britânicos, a reação da Grã-Bretanha, segundo o historiador, foi "bater em retirada" para o império formal e informal. Os produtos ingleses, no último quartel do século XIX, deixam de possuir superioridade tecnológica, mas continuam sendo lucrativos devido ao monopólio comercial que a Grã-Bretanha mantinha com grande parcela do globo. Ademais, graças à posição financeira da *City* de Londres, as receitas advindas de juros e dividendos de investimentos britânicos no exterior, seguros, comissões e corretagens foram paulatinamente se tornando um fonte de renda mais importante no balanço de pagamento britânico do que os lucros sobre comércio exterior e serviços. Outra grande fonte de renda da economia britânica advinha de sua marinha mercante, transportando as cargas inclusive dos países industrializados, chegando a 45% das mercadorias francesas e 55% das norte-americanas em 1900 (HOBSBAWM, 2014, p. 144). A Grã-Bretanha deixa de cumprir o papel de "oficina do mundo" e volta-se à lucratividade do seu poderio financeiro:

“Paradoxalmente, o mesmo processo que debilitava a produção britânica - o surgimento de novas potências industriais, a diminuição do poder de competição britânico - fortalecia o triunfo das finanças e do comércio do país. As novas potências industriais aumentava suas importações de produtos primários do mundo subdesenvolvido mas não possuíam com ele as relações simbióticas que eram tradicionais para a Grã-Bretanha e por isso enfrentavam um déficit conjunto [no Balanço de Pagamentos]. A Grã-Bretanha cobria esse déficit de três formas: suas próprias importações³, crescentes, de manufaturados dos países industriais; seus rendimentos "invisíveis" oriundos de transporte e fontes semelhantes; e a renda que lhe advinha como maior credor do mundo.”(HOBSBAWM, 2014, p. 144)

³ As transações comerciais eram realizadas principalmente por navios britânicos o que lhes rendiam fretes.

A Primeira Guerra Mundial teve como consequência solapar o sistema financeiro mundial de pagamentos que estava centralizado em Londres. A Grã-Bretanha, após liquidar os débitos dos Estados Unidos, perderá para este país a posição de maior nação credora do mundo, passando a dever para os norte-americanos. Antes da crise que abateu o capitalismo em 1929, a Grã-Bretanha tentara heroicamente recuperar a posição mundial que detinha no sistema financeiro mundial no pré-guerra. No entanto, não passou de uma ilusão passageira, completamente enterrada pela Segunda Guerra Mundial. A *belle époque* havia ficado nas páginas da História Britânica, a grande rainha dos mares perderia a sua hegemonia no comando das finanças e do comércio global. O liberalismo econômico como ideologia, junto com a supremacia industrial e financeira britânicas haviam ficado para trás.

A decadência do liberalismo econômico foi sentida dentro das fronteiras britânicas em três esferas: no parlamento, com o crescimento da participação do partido trabalhista; na economia, com o aumento da planejamento estatal; e nas ideias do pensamento econômico com "*A Revolução Keynesiana*", liderada pelo inglês John M. Keynes. Segundo Hobsbawm, esta revolução daria vida a uma nova "ortodoxia econômica", que surge em solo britânico, substituindo o liberalismo econômico, também oriundo desta nação. A publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda em 1936 iria influenciar as políticas econômicas das economias do globo, não apenas para se recuperarem da crise de 1929, mas até o renascimento do liberalismo nos anos 1970/1980. No entanto, apesar de a "nova ortodoxia econômica" ter sido pensada por um inglês, o mundo, após a Segunda Guerra Mundial, estaria sob a égide do poderio econômico norte-americano, que surge como grande potência industrial e, como no caso inglês, avança nas finanças no último quartel do século XX.

A visão de Hobsbawm acerca da ascensão e queda do poderio econômico britânico realizada neste livro, apesar de não explicitar, apresenta influências marxistas. Pelo análise realizada, depreende-se que, no momento em que a Grã-Bretanha abriu mão de sua supremacia industrial, a partir da década de 1870 - apesar de economicamente justificável, uma vez que aquela tecnologia ainda gerava lucros - a queda de seu poderio econômico, inclusive o financeiro, era uma questão de tempo e de circunstância. A Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, apesar de não ter causado os mesmos danos na economia nacional britânica como na norte-americana, colocaram as circunstâncias: paralisaram as transações comerciais e financeiras internacionais, das

quais dependia toda hegemonia britânica. A economia liberal, que precisava do mercado de outros povos para existir, presenciou o desmonte da ordem internacional que amparava a sua supremacia com o fim do liberalismo econômico no entre-guerras. A hegemonia britânica fundamentava-se na rede internacional que construía; o colapso do sistema comercial e financeiro mundial arruinou o poderio britânico. Por ter perdido a preeminência industrial, a Grã-Bretanha será incapaz de recompor os laços comerciais que uma vez deteve com as economias do globo, e não conseguirá restabelecer os laços financeiros. Nesse contexto, sua indústria volta-se à produção para o mercado doméstico seguindo o caminho das "redes de muralhas" que se colocaram nas nações. Essa reação industrial, entretanto, viera historicamente tarde, pois um outro concorrente com supremacia industrial que estava o levando a preeminência financeira despontava no horizonte, os Estados Unidos.

Esta obra de Hobsbawm é fundamental não apenas para compreender a história britânica e mundial do século XIX, mas também para analisar a dinâmica que uma economia hegemônica pode adotar. Obviamente, a inserção dos Estados Unidos na economia mundial hoje se difere da britânica ao longo do século XIX. Aquele país possui o maior mercado consumidor do mundo e pode "bater em retirada" para sua própria economia. Mas existem também semelhanças, como o avanço dos ganhos financeiros em detrimento da economia industrial. Não se pretende aqui avançar nessas questões, mas apenas destacar que a análise de Hobsbawm será atual e importante sempre que houver embates entre as nações pela supremacia econômica mundial, sendo leitura obrigatória àqueles que pretendem compreender a dinâmica das economias hegemônicas.

Eric Hobsbawm é filho do Império, nasceu em Alexandria em 1917 e faleceu em Londres em 2012. Apesar da análise crítica, descreve com orgulho britânico o que foi a *belle époque* nesta importante obra. Possui uma produção acadêmica muito rica, dentre suas principais publicações estão as "Eras": A Era das Revoluções (1789-1848), A Era do Capital (1848-1875) e A Era dos Impérios (1875-1914). Com certeza, está entre os principais historiadores do século XX.

Referências

HOBSBAWM, E. J. (1968) *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.